

O GÉNERO NA PSICOLOGIA SOCIAL EM PORTUGAL Perspectivas actuais e desenvolvimentos futuros

Lígia Amâncio

Resumo Este artigo pretende contribuir para o debate sobre os estudos feministas em Portugal, a partir da investigação desenvolvida no âmbito da psicologia social. A revisão da literatura apresentada está organizada em três partes. Na primeira parte referem-se alguns dos trabalhos que começaram por fazer referência ao conceito de género nos anos 80. Na segunda parte discute-se o modelo da assimetria simbólica e alguns dos estudos que, partindo deste quadro teórico, estenderam a sua aplicação. Optou-se por organizar os estudos apresentados nesta segunda parte, de acordo com a contextualização das pesquisas na esfera pública, ou na esfera privada. A última parte aborda os estudos mais recentes e discute as suas implicações teóricas e políticas.

Palavras chave Género; assimetria simbólica; mudança social.

Introdução

O pensamento feminista sobre a ciência que se desenvolveu a partir dos anos 70 procurou, sequencialmente, responder a dois objectivos. Em primeiro lugar, dar visibilidade às mulheres, às suas experiências concretas e a uma condição social que o movimento pretendia combater, procurando conhecer e tornar visível um objecto, até aí, invisível, na produção científica das várias disciplinas e, seguidamente, denunciar o androcentrismo dos vários domínios do saber e a permanente confusão entre o masculino e o universal. Este percurso, comum a várias disciplinas, contribuiu para a focalização num objecto emergente que atenuou as fronteiras disciplinares e, ao mesmo tempo, foi gerando uma linguagem teórica e conceptual partilhada.

Em Portugal, o tempo de vida curto das ciências sociais adiou, por algum tempo, a reflexão feminista. O esforço de afirmação pública dos vários saberes, tanto perante as instituições financiadoras da ciência, como perante os públicos, e a consequente necessidade de demarcação dos seus territórios próprios, privilegiando as lealdades disciplinares e institucionais relativamente às problemáticas transversais, não facilitaram, inicialmente, nem a emergência da questão feminina, nem o olhar feminista crítico sobre as formas de produção do conhecimento. Ao procurar dar a conhecer o trabalho desenvolvido em várias disciplinas, este número 5 da revista *ex æquo* poderá, talvez, contribuir para a socialização dessa linguagem

teórica e conceptual comum que é condição indispensável para a construção de um pensamento feminista.

Mas se a agenda do feminismo em relação à ciência dominante foi clara e assumida por diversas autoras das mais variadas disciplinas, desde a filosofia à biologia, passando pelas ciências sociais, tornou-se, todavia, necessário reflectir sobre a própria agenda feminista, para questionar em que medida esta contribuía, ou contribui, para um conhecimento alternativo, ou emancipatório, em relação ao conhecimento dominante. Surgiram, assim, várias correntes, umas privilegiando a relação do feminismo com a ciência, outras a relação do feminismo com o objecto mulheres. No primeiro caso, Sandra Harding (1986, 1994) opõe o empiricismo feminista, que acredita na racionalidade e na objectividade da ciência para combater o sexismo e se renovar 'por dentro', às teorias do ponto de vista ("*standpoint*") feminista que consideram, pelo contrário, que a renovação da ciência e a diversificação do real de que ela se ocupa só é possível através da inclusão das experiências específicas das mulheres. O feminismo pós-moderno, baseado em conhecimentos fiáveis, mas também localizados (Nogueira, 1996/2001), constitui uma alternativa ao universalismo e essencialismo daquelas duas perspectivas.

Um debate mais antigo, todavia, é o que salienta as consequências da excessiva focalização dos estudos sobre as mulheres na categoria mulheres. Com efeito, logo nos anos 70 surgiram críticas aos estudos sobre as mulheres e à forma como o conceito de género era utilizado — veja-se, a este propósito, a crítica de Rhoda Unger (1979) à psicologia americana e as críticas de Mathieu (1971/1991; 1989/1991) à corrente americana dos *women's studies*, em geral — uma vez que a excessiva centração nas mulheres recriava a sua particularidade no quadro de estudos comparativos entre os sexos, que acentuavam a alteridade das mulheres, sem pôr em causa o estatuto referente dos homens, e perpetuava uma visão dualista e essencialista das categorias de sexo. Françoise Collin (1991/1995) recorda que foi no âmbito deste debate que a expressão de estudos sobre as mulheres veio dar lugar à expressão de estudos sobre o género, mudança que foi acompanhada pela orientação da investigação para as relações entre os sexos na sua extensão aos vários domínios do saber, como às várias instâncias do social. Uma vez que, como diz a autora (Collin, 1995, 345-346), o género constitui uma "grelha de leitura da diferença dos sexos" é esta grelha de leitura e não a existência de "um sujeito empírico diferente" que pode produzir um saber diferente. É talvez por isso que, neste texto, Françoise Collin insere os estudos sobre o género na categoria mais ampla dos estudos feministas, com a qual coincidem em extensão. Deste ponto de vista é curioso verificar que uma das publicações mais recentes de Mary Crawford e Rhoda Unger (2000), referências incontornáveis da psicologia social americana, neste domínio, também associa no título mulheres, género e feminismo. A questão subjacente a estas várias reflexões é a de que as designações de estudos sobre as *mulheres*, ou de estudos sobre o *género*, não garantem, só por si, uma evolução em termos teóricos, tal como assinala Miriam Grossi (1999) na história desta área de investigação no Brasil. Tanto uma como outra são vulneráveis à negligência dos contextos históricos e das relações entre os sexos e, como afirma aquela autora, é a postura teórica e metodológica "em torno da forma de se construir e se relacionar com o objecto de

estudo" (Grossi, 1999: 341) que unifica aquelas designações e rompe com as dicotomias entre elas.

A opção pelos estudos de *género* no título deste artigo não corresponde à pretensão de o inscrever no debate que acabo de descrever, resumidamente, até porque ele não existe em Portugal, talvez devido a uma estranha associação entre debate e conflito — interpessoal ou institucional — que contribui para a personalização e disciplinarização das ideias e o consequente isolamento das/os investigadoras/es. Esta opção corresponde antes a uma orientação de pesquisa que foi assumida por mim, desde o final dos anos 80 (Amâncio, 1992), sob a influência do debate no seio da psicologia social americana. Sem pretender conhecer toda a produção da psicologia social neste âmbito, em Portugal, e muito menos das outras áreas da psicologia, parece-me, no entanto, que a chegada tardia da produção científica portuguesa a este debate permitiu saltar a etapa dos *women's studies* na forma institucionalizada que eles assumiram, nos outros países, nos anos 70 e que nunca chegou a existir no seio das Universidades portuguesas.¹ Falta talvez vencer o medo que a representação da feminista ainda provoca (Amâncio, 2000), numa sociedade fortemente normativa em relação ao papel feminino, e paternalista em relação às mulheres, para que sejamos capazes de assumir a expressão de estudos feministas. A pobreza da experiência histórica do feminismo da segunda vaga na sociedade portuguesa não é suficiente para explicar a persistência destes factores de conservadorismo. A mobilização das feministas da primeira vaga para a — indispensável — luta contra a ditadura, recentemente analisada por Vanda Gorjão (2000), terá decerto contribuído também para a perda da memória histórica do feminismo.

Este artigo também não pretende cobrir exaustivamente a produção da psicologia social no nosso país. A inexistência de bases de dados centralizadas, mesmo para as teses de mestrado e doutoramento, torna impossível tal empresa, como pude constatar através da consulta de algumas delas. Para onde vão então os inúmeros exemplares que qualquer candidata/o a mestra/e ou doutor/a é obrigada/o a apresentar quando se submete a provas? Não encontrei resposta a esta pergunta, mas suspeito que, pela desproporção entre a produção que se conhece informalmente e a que está registada nas bases de dados, ficarão talvez arrumados em caixotes que as Universidades guardam preciosamente...

Procurei, assim, recorrer aos trabalhos que me foi dado conhecer, através da orientação de teses e monografias, da participação em júris e da consulta de algumas bibliotecas universitárias. Este esforço poderá, por isso, e deverá certamente, ser complementado com um trabalho futuro mais aprofundado. Apesar destas limitações, o artigo procura reflectir a diversidade de alguns temas de investigação e discutir a sua relevância para o conhecimento sobre as relações entre os sexos na sociedade portuguesa, apontar algumas das linhas teóricas desenvolvidas nos últimos anos, sobretudo a partir da produção nacional, e identificar algumas das perspectivas que se desenham para o futuro. Também não se baseia apenas em trabalhos de psicólogas/os sociais, embora privilegie instrumentos conceptuais e teóricos desta disciplina, utilizados por autoras/es que, apesar da diversidade das suas formações, encontraram neles enquadramentos adequados para os seus

objectos de estudo, ou instrumentos conceptuais e analíticos úteis para estabelecer articulações com outros enquadramentos disciplinares.

Numa primeira parte apresentam-se alguns dos trabalhos que, no final dos anos 80, integraram o conceito de género nas suas análises e contribuíram para a sua difusão. Seguidamente apresenta-se um modelo teórico que foi desenvolvido na perspectiva do género e que orientou as hipóteses de trabalho de alguns dos estudos referidos. Estes serão apresentados em duas secções, uma dedicada aos estudos relacionados com o trabalho e a vida profissional e outra onde se apresentam os estudos sobre os temas dos afectos e da sexualidade. A última secção será dedicada aos desenvolvimentos mais recentes e à discussão das suas implicações teóricas.

A emergência do conceito de género na psicologia social

No âmbito da psicologia social, os primeiros estudos que se debruçam sobre as categorias de sexo datam da década de 80. Em duas comunicações apresentadas no ano de 1985, o conceito de género surge apenas para designar grupos de sexo, na expressão "género sexual" (Sousa, 1988, p. 416), ou está inteiramente ausente da análise dos dados (Amâncio, 1988). Na sua tese de doutoramento, no entanto, Elisabeth Sousa (1987) aprofunda a análise do género, enquanto heurística cognitiva. Nesta perspectiva, as categorias de sexo constituem estruturas cognitivas multidimensionais que coincidem com a definição conceptual que lhes é dada pelos investigadores. Este conhecimento, que a autora designa de epistemologia ingénua, porque partilhado por leigos e especialistas, orienta tanto os processos de atribuição de causalidade aos acontecimentos do quotidiano, como as hipóteses de investigação, de modo a confirmar as crenças e os padrões de pensamento associados ao masculino e ao feminino. Esta ideia é confirmada em dois estudos, feitos em Portugal e na Bélgica, sobre as explicações espontâneas para o sucesso e para o fracasso, numa situação de desempenho. Em ambos os estudos, os participantes, homens e mulheres, produzem explicações confirmatórias dos estereótipos associados às categorias de sexo, de tal modo que o sucesso era visto, no caso dos homens, como algo de estável e resultante de competências próprias dos actores e, no caso das mulheres, como algo de instável e dependente das circunstâncias.

O procedimento empírico que adoptei na minha tese de doutoramento e os contributos teóricos que enquadraram os vários estudos que a integram tornaram visíveis as limitações da definição de género, proposta pela psicologia social americana dos anos 80, como afirmei na introdução desse trabalho (Amâncio, 1989a). Esta definição sofria de um défice de teorização que resultava da excessiva centralização nos processos psicológicos. De facto, e embora se remetesse o género para o domínio do social, a insistência na socialização para explicar a diferenciação que se estabelecia, ao nível das crenças, entre o masculino e o feminino, não esclarecia as razões dessa diferenciação. Daí que a abordagem da psicologia social americana permanecesse sobretudo descritiva, salientando mais as diferenças entre os sexos

do que as semelhanças entre eles, como afirmava uma autora americana no final dos anos 70 (Unger, 1979). Mas o debate que ocorreu no seio da disciplina em torno da deficiente utilização e teorização do conceito de género foi, por outro lado, decisivo para o desenvolvimento de uma perspectiva crítica que sustenta a actual teoria feminista em psicologia (Amâncio, 2001a).

O modelo da assimetria simbólica

O enquadramento dos estudos sobre os estereótipos sexuais no âmbito do modelo das representações sociais de Serge Moscovici (1961/1978, 1981 e Willem Doise (1976/1984) permitiu-me analisar os conteúdos associados às categorias de sexo como uma epistemologia do senso comum que recobre os 'perfis' e 'papéis' associados aos homens e às mulheres, geralmente evidenciados nos estudos sobre estereótipos, sem, no entanto, descurar a lógica simbólica que preside à organização destes múltiplos conteúdos. Pude, assim, verificar que essa lógica é marcada pelo princípio da assimetria, não em termos meramente avaliativos, como é, por vezes, entendida a hierarquização entre os sexos, mas sim em termos de significados simbólicos. Para a elaboração desta análise foram decisivas anteriores reflexões teóricas sobre os processos de construção das relações de dominação entre grupos (Apfelbaum, 1979) e sobre a dimensão do poder simbólico nas identidades dos grupos dominantes e dominados (Deschamps, 1982). Nesta perspectiva, o fundamental na diferenciação entre o masculino e o feminino não são os atributos que, aparentemente, os distinguem, sempre que se evocam essas categorias, mas sim o facto dos conteúdos que definem a masculinidade estarem confundidos com outras categorias supraordenadas, como a de pessoa adulta, enquanto que os significados femininos definem apenas um corpo sexuado. É neste processo de construção social que o simbólico masculino se constitui em referente universal (Amâncio, 1989a; 1994) relativamente ao feminino que permanece marcado pela categoria sexual. A assimetria simbólica emerge, por outro lado, como factor estruturante do pensamento sobre os sexos, na medida em que ela incorpora as mudanças de valores, como a que sucedeu em Portugal na sequência da entrada do país na CEE (assim designada na altura), na representação masculina, preservando, ao mesmo tempo, a alteridade da representação feminina (Amâncio, 1993).

No domínio das dinâmicas identitárias, a distintividade individual que marca os comportamentos masculinos, manifesta na aparente autonomia dos homens, tanto em relação às normas estabelecidas pelo estereótipo do seu grupo, como em relação às normas do contexto (Lorenzi-Cioldi, 1988), ao contrário do que acontece com as mulheres, não é senão um efeito da assimetria simbólica que se impõe mesmo nas situações em que se invertem contextualmente as posições relativas dos grupos de sexo (Amâncio, 1994). As identidades masculina e feminina não se explicam, portanto, de forma circular, através da 'interiorização dos estereótipos' masculino e feminino. A partilha do sentido que regula a diferenciação entre os sexos e

sobre o qual se constróem as representações subjectivas que homens e mulheres se fazem de si próprios concede aos homens a possibilidade de se verem e serem vistos como indivíduos, mas remete as mulheres para um conflito entre a sua liberdade, enquanto sujeitos, e a sua alteridade, enquanto mulheres, como referia Simone de Beauvoir (1949/1968). É este conflito que permite compreender a maior sensibilidade das mulheres aos contextos, por um lado, mas também alguns dos seus comportamentos estratégicos, como a fuga para um imaginário dessexualizado (Amâncio, 1989b) ou a tentativa de 'colagem' dos atributos femininos aos homens, de modo a investir esses atributos de poder simbólico (Amâncio, 1994). Estas estratégias assumem, no entanto, um carácter mais adaptativo, na medida em que protegem a auto-estima das mulheres, do que emancipatório, visto que não questionam a lógica interna da construção da diferença.

Género e assimetria simbólica na esfera pública

A dupla pressão normativa, exercida sobre as mulheres, para se conformarem, simultaneamente, à especificidade do modo de ser feminino e ao modo de ser dominante (masculino) é particularmente visível nos contextos da chamada esfera pública, ao mesmo tempo que serve de controlo social à mudança que poderia resultar do acesso das mulheres a esses contextos (Amâncio, 1995). Este conflito tem sido estudado em várias profissões ditas masculinas, assim designadas por ser ainda recente a participação das mulheres nessas actividades, mas não deixa de estar presente nas profissões tradicionalmente desempenhadas por mulheres.

Partindo de um inquérito aos gestores e empresários que mostrava que 95% desses dirigentes eram homens (Cardoso e outros, 1990), a investigação de Neli Almeida (1995) procura entender como são vistas, e se vêem, as mulheres nesse contexto. Num primeiro estudo, com estudantes de gestão, os resultados das associações aos estímulos gestor, gestora e liderança mostram a dominância simbólica do masculino, na proximidade dos traços do gestor e de liderança, como se esta fosse uma competência natural do perfil do primeiro, e a diferenciação da gestora, através da saliência do traço 'mulher'. O conjunto dos resultados permitiu-lhe, além disso, salientar

a gratificação simbólica do gestor versus a remuneração concreta da gestora, [na medida em que] "o papel desempenhado pela gestora depende do contexto: é a empresa que confere sentido à figura do mulher — gestora (...). Para o gestor, vinculado ao modelo de pessoa universal, a sua personalidade confunde-se com o contexto (...) é um ser que irradia significados, a gestora, recebe-os. (Almeida, 1995: 55)

O isomorfismo entre o ser homem e o ser gestor e a 'estranheza' das mulheres nesse contexto ressaltam também das entrevistas a gestores, homens e mulheres: "...um gestor de sucesso confirma a potencialidade de todos os homens na gestão

qualificada. Pelo contrário, uma gestora de sucesso confirma a excepcionalidade daquela mulher por referência às outras mulheres" (Almeida, 1995, p. 55). De facto, o discurso das mulheres salienta o seu estatuto de excepção e remete-o para determinações externas, já que é o sucesso alcançado dentro da empresa que determina a sua posição, enquanto que o discurso dos homens revela uma 'vocação natural' que é independente do contexto e não precisa de ser justificado.

É, no entanto, um trabalho posterior, cuja pesquisa se centra nas mulheres em posições de liderança que revela, em toda a sua extensão, o efeito destas posições "contraditórias" no seu discurso (Nogueira, 1996: 335). Baseado num conjunto de entrevistas a mulheres que exerciam funções de elevado estatuto, na política, na ciência, na indústria e nos serviços, e que eram levadas a reflectir sobre a sua trajectória pessoal e profissional, a ligação entre a esfera pública e privada e a liderança exercida por homens e por mulheres, este estudo permitiu recolher um extenso material que apresenta, todavia, duas grandes lógicas discursivas, segundo a autora: o discurso essencialista, que nega qualquer forma de discriminação e que acentua as — excepcionais — qualidades pessoais que as conduziram às posições de poder e, por outro lado, o discurso de resistência onde emerge a consciência da condição colectiva, enquanto mulheres, e as contradições que daí resultam na trajectória pessoal e na ligação entre as esferas pública e privada.

No primeiro discurso (...) as mulheres reproduzem um discurso onde mulher e homem são construídos como entidades separadas por essências específicas (...). Defendem a igualdade da mulher e do homem na esfera pública, mas diferenciam-se no plano privado. Utilizam o discurso na primeira pessoa e negam quase sempre a hipótese de terem sido discriminadas (...). Sugerem que a obtenção de cargos com poder depende, essencialmente dos atributos pessoais (...). Pelo contrário, no discurso colectivo/resistência as mulheres (...) falam muitas vezes no plural, têm noção de uma ideologia sobre o género feminino ou da existência de um discurso sobre as mulheres em geral, e mesmo sobre as mulheres naquelas posições. Assumem a existência da discriminação (...) tentam resistir-lhe. Apontam para soluções. (Nogueira, 1996: 381-2)

Estes dois tipos de discurso diferem, por outro lado, nas repercussões ao nível da acção sobre a ordem que rege as relações entre os sexos:

a utilização da experiência pessoal como base de resistência, a manifestação de propósitos de acção e a contextualização dos discursos são frequentes nesta forma discursiva [discurso resistência]. A identidade discursiva é construída como fruto da diferenciação e polémica do sujeito discursivo relativamente às vozes normativas. A experiência constitui a base para resistir ao normativo e permite intervir no mundo. (Nogueira, 1996: 383)

A pressão normativa da representação feminina, evidenciada neste trabalho, constitui, de facto, um poderoso travão à mudança social quando é internalizado pelas mulheres sob a forma de competências próprias, naturalizadas, como se vê na

forma essencialista de discurso que aquela autora identificou. A estratégia das mulheres é, neste caso, orientada para a adaptação aos contextos, num esforço de racionalização e mobilização de recursos cognitivos para justificar a sua posição e fazer face aos obstáculos que têm de enfrentar, como mostra uma outra pesquisa que se inspirou na anterior. Efectuado junto de uma população de ambos os sexos do sector dos serviços, ocupando posições de chefia, este estudo, que combinou instrumentos quantitativos e qualitativos, centrou-se sobre a percepção e antecipação dos comportamentos políticos em contextos organizacionais (Rodrigues, 2001). A mistura entre os significados do masculino, do poder e da política, no contexto organizacional, que decorre da assimetria simbólica, é também confirmada nestes resultados, de onde ressalta a fragilidade da posição das mulheres:

Em contexto organizacional, os homens definem as regras de actuação e as decisões. As mulheres tentam orientar-se e mover-se nesta teia, que não foi construída por elas, nem para elas, mas à qual elas se tentam adaptar o melhor possível (...) têm que funcionar em termos de protecção da imagem projectada, a qual muda consoante as necessidades do contexto, facto que contribui adicionalmente para a confirmação dos baixos estatuto e competência das mulheres. Esta estratégia 'camaleónica' de camuflagem no meio envolvente constitui um dos exemplos de estratégias individualistas de sobrevivência (...). Outro exemplo é a negação levada a cabo pelas mulheres das dificuldades sentidas em contexto organizacional. As estratégias de "coping" das mulheres em contexto organizacional caracterizam-se exactamente pelo seu carácter individualista e de garantia de sobrevivência a todo o custo (...) são sobretudo reactivas e de defesa, não evidenciando sinais de proactividade (...) nem um plano de envolvimento a longo prazo... (Rodrigues, 2001: 83-4)

A perpetuação da excepionalidade das mulheres que ocupam posições de poder visível nos discursos e nas estratégias de "coping", contraditórias e ambivalentes, das mulheres que continuam a assumir o normativo feminino como atributo pessoal está presente, ainda, noutras expressões da sociedade patriarcal, externas às próprias mulheres. Se, por um lado, é bem conhecida a pergunta invariavelmente colocada às mulheres que ocupam posições políticas "Como concilia a sua vida com a família?" por parte dos meios de comunicação social, estes têm ainda outros recursos ao seu alcance para acentuar a "especificidade" das mulheres na política. Alguns destes modos de exclusão foram analisados num trabalho que se debruçou sobre a cobertura da campanha eleitoral legislativa de 1995 num jornal de referência de Lisboa e que convergem, como afirma a autora, "para a 'symbolic annihilation' das poucas mulheres que se movem na política em Portugal" (Barbosa, 1996/1998: 113). A representação e nomeação dos actores, os temas tratados, as metáforas utilizadas concorrem no mesmo sentido, independentemente do sexo dos jornalistas:

A objectivação das representações sociais do campo político tornam-no um habitus masculino, ou, (...) um campo de homossociabilidade masculina (...) [que] contribui para a perpetuação da masculinidade hegemónica (...) a assimetria das

representações do género impede a visibilidade das mulheres, corta-lhes a palavra, e os textos sugerem que, para além de serem mulheres (...), pouco há a dizer sobre elas. (Barbosa, 1996/1998: 112)

As dinâmicas dos saberes e dos poderes, nomeadamente enquanto formas de legitimação da autoridade, são um outro domínio de investigação que revela as contradições entre esses universos simbólicos e os condicionalismos impostos pela assimetria nas representações de género, tanto mais interessantes quanto os últimos anos, em Portugal, têm sido marcados por um forte crescimento das qualificações da população em geral, e das mulheres em particular. Num estudo sobre as representações do saber e do poder numa população de estudantes universitários, de ambos os sexos, verificámos que homens e mulheres se diferenciam numa dimensão de internalidade versus externalidade, tanto em relação ao saber, como em relação ao poder (Amâncio e Carapinheiro, 1993). Enquanto para os homens o poder inclui o saber e está associado a atributos masculinos, relacionados com a instrumentalidade, a acção e a vontade individuais, para as mulheres, poder e saber são vistos 'de fora', localizados nas instituições como algo que é concedido ou conquistado. Estes resultados poderiam indicar que a possibilidade de capitalizar o saber, no exercício do poder e da autoridade, está ao alcance dos homens, mas não das mulheres. Foi o que procurei verificar, num estudo posterior, sobre o efeito do sexo e das qualificações na percepção da autoridade, cujos resultados mostram que o saber formal, concretamente o diploma universitário, não 'protege' as mulheres nas situações de tomada de decisão, na medida em que a assimetria simbólica reduz a sua 'feminilidade' aos olhos dos observadores à medida que aumenta a sua competência (Amâncio, 1996). Isto significa que, se as mulheres estão claramente em desvantagem, em situações que exigem o reconhecimento da autoridade, quando não possuem as qualificações necessárias, não deixam de estar em desvantagem quando as possuem, porque a especificidade da sua condição de 'mulher' se sobrepõe à distintividade individual de especialista numa determinada área de competências.

Estas aparentes contradições, que resultam de uma relação produtiva entre a lógica da assimetria simbólica, subjacente às representações sobre o sexo, e outras representações sociais, são também visíveis nas chamadas profissões femininas. O baixo estatuto relativo dessas profissões é, por vezes, atribuído ao facto de as suas práticas assentarem em saberes ditos femininos. Desse ponto de vista, e na medida em que as representações dos saberes profissionais não são 'neutras' em relação ao género, o saber formal injectado no domínio simbólico dessas práticas não contribui necessariamente para a elevação do estatuto das profissões femininas, como revela o percurso histórico da enfermagem (Kergoat e Imbert, 1992; Soares, 1997) e do serviço social. Neste último caso, é manifesta, ainda hoje, a tensão entre a geração mais velha, orientada para a profissão por 'vocação' e com uma formação assente no saber experiência, e a geração mais nova, com um "saber teórico", legitimado pelo diploma de licenciatura (Roso, 1997: 144). As mudanças nas formas de recrutamento que se verificaram de uma geração para a outra, bem como as mudanças ao nível da formalização dos saberes não foram, de facto, suficientes para criar uma identidade profissional positiva, já que as comparações com as outras profissões

continuam a ser desfavoráveis ao serviço social, na medida em que a sua prática profissional permanece ocupada por uma dimensão de saber prático associado à especificidade feminina, como mostra Filomena Roso (1997).

Também no caso da enfermagem se verifica uma tentativa de investimento simbólico da dimensão central desta prática profissional — o cuidar — através da qualificação e formalização dos saberes desta profissão. Mas quando se comparam os dois sexos, o que já é possível face ao número crescente de homens nesta profissão, verifica-se que a convergência da feminização e da formalização do cuidar, tendo em vista melhorar a posição relativa desta profissão, em comparação com outras, só tem sentido para as mulheres (Fernandes, 1996). Como mostra este estudo

as mulheres salientaram mais a dimensão relacional da profissão (...) expressa na "orientação para o outro", conferindo-lhe um sentido de missão, enquanto que os homens associam a sua prática de enfermagem a uma definição conceptual da profissão, ou a um saber mais centrado nas concepções de saúde e doença (...) os enfermeiros demonstraram nas suas representações a projecção de uma identidade dominante sobre a realidade profissional, enquanto que as mulheres revelaram uma clara associação entre o saber formal e a prática profissional. (Fernandes, 1996: 95-6)

O recurso à dimensão feminina de orientação para os outros, no caso da enfermagem, serviu para legitimar, no percurso histórico desta profissão, o acesso das mulheres a uma actividade que, deste modo, ficou situada numa ténue linha de fronteira entre o público e o privado. É no quadro do processo de construção social da enfermagem como profissão feminina, nomeadamente na divisão entre os seus saberes e os saberes médicos (Carapinheiro, 1993), que se tem que entender esta "colagem" da figura profissional ao feminino, como mostra Joaquim Simões (2001) num trabalho centrado sobre a integração dos homens na enfermagem. Partindo do modelo da assimetria simbólica, este trabalho confrontou as representações dos profissionais e dos estudantes de enfermagem com as dos próprios utentes, receptores dos cuidados, em situação de internamento hospitalar e mostrou que "os profissionais do sexo masculino surgem (...) marcados pela sua condição institucional de profissionais, enquanto que as mulheres permanecem marcadas pela sua pertença à categoria de sexo" (Simões, 2001: 99).

A sexuação das mulheres resultante da assimetria simbólica permite compreender a assimetria que se verifica também nos custos de inserção de homens e mulheres nas profissões associadas ao sexo oposto. Embora os homens (enfermeiros, por exemplo) preservem a sua distintividade, enquanto profissionais, para as mulheres a ameaça de masculinização é constante. Os estudos sobre as profissões que assentam fortemente em culturas de masculinidade, como as forças armadas e policiais apresentam, sem dúvida, os exemplos mais dramáticos dos custos que a integração das mulheres envolve. No quadro da forte feminização das profissões que se tem verificado em Portugal, nos últimos anos, inclusive naquelas cujo acesso era vedado às mulheres até 1974, como a magistratura e a diplomacia, as forças armadas e policiais, onde elas não chegam a atingir

sequer 10% dos efectivos, destacam-se pela resistência à participação das mulheres (CIDM, 2000).

Um primeiro estudo sociológico nas forças armadas, que abrangeu toda a população feminina ao serviço, na altura, evidenciara a contradição entre a sobremotivação das mulheres e as resistências que as instituições ofereciam à sua entrada, salientando que a "assimetria dos modelos dominantes de masculino e feminino se reflecte e eventualmente amplia no contexto militar" (Carreiras, 1997: 190). Também, neste caso, o esforço de adaptação passa por comportamentos de censura e distanciação em relação às outras mulheres e estratégias de "afirmação mimética, sobre-investimento ou mesmo de assimilação cultural". Um outro estudo, na Academia Militar de Lisboa, junto de uma população muito mais reduzida e não representativa do universo, não deixou de encontrar os mesmos efeitos: "a primeira hipótese formulada sustenta que as representações e estratégias das mulheres são resposta não apenas a mudança de lugar social, mas a mudanças inerentes aos seus referentes, contrariamente aos homens que não sofrem mudanças de valores tão acentuadas" (Castelão, 1997: 196). Este estudo também mostrava os custos de ordem relacional, tanto nas relações com os homens, como com as outras mulheres, e o sofrimento pessoal das mulheres, que se reflecte nos discursos paradoxais e de permanente oscilação entre os referentes masculino e feminino. O recente trabalho de João Pinheiro, junto de uma população masculina dos Comandos de Lisboa e Setúbal da PSP, subordinada de comandantes homens e mulheres, permitiu deso-cultar, no seio da organização policial, alguns dos processos já analisados nas Forças Armadas, estendendo a análise às implicações destes efeitos na percepção da autoridade das comandantes mulheres:

há, da parte dos subordinados homens uma grande dificuldade em conseguirem visualizar os polícias do sexo feminino como colegas, vendo-as apenas como mulheres, o que condiciona e obriga as mulheres a um trabalho redobrado para se imporem perante uma instituição preconceituosa (...) verificamos que os sujeitos confundem o comandante mulher com o protótipo desse sexo, o que se repercute na percepção da autoridade feminina. (Pinheiro, 2001: 66)

Resumindo, os efeitos da assimetria simbólica na esfera pública reflectem-se na especificidade da posição que acompanha as mulheres em todos os contextos profissionais, com elevados custos para a sua integração, em particular nas posições de poder e nas profissões fortemente marcadas por culturas masculinas. O aumento das qualificações das mulheres e a feminização de muitas profissões masculinas não constituem, só por si, condições suficientes para a mudança nas relações de género, na medida em que aqueles efeitos dão lugar a rearranjos simbólicos que permitem perpetuar a posição marginal das mulheres nesses contextos. A liberdade das mulheres permanece, assim, condicionada, e a mudança social controlada, tal como aconteceu historicamente com o acesso das mulheres ao trabalho assalariado. Um estudo efectuado junto de uma população de vendedoras, em meio urbano e rural, mostra que o acesso ao rendimento representa para estas mulheres uma relativa emancipação em relação ao domínio do marido sobre elas, mas elas próprias

vêm o seu trabalho como um mero complemento ao salário do marido que serve, no entanto, as suas aspirações de mobilidade para os filhos, e para as filhas em particular (Oliveira, 1999). É através do investimento na qualificação das filhas que as mães projectam um ideal de ruptura com a condição que marcou as suas próprias vidas.

Género e assimetria simbólica na esfera privada

Também nesta área o modelo das representações sociais permite ultrapassar as fronteiras estreitas do conceito, tão recorrente até aos anos 80, de papel sexual. O carácter normativo e constrangedor das liberdades, subjacente ao conceito de papel, não tem as mesmas implicações para homens e mulheres, em resultado da multiplicidade de papéis contemplados pelo simbólico masculino, em comparação com a especificidade do papel feminino (Amâncio, 1994). A hipótese da assimetria simbólica aplicada à esfera privada da família e dos afectos, nas relações heterossexuais, orientou, por isso, alguns estudos, cujas análises foram, além disso, enriquecidas por diferentes contextos de pertença, como a classe social, a idade e a condição de minoria étnica.

Partindo de anteriores pesquisas sociológicas sobre a génese, e as formas de ruptura, das relações de conjugalidade em diferentes grupos sociais (Torres, 1996), Filomena Santos (1995) analisou as representações da conjugalidade, no âmbito de uma investigação sobre a infidelidade conjugal, em três grupos sociais de uma cidade do interior. Ao nível da representação da relação do casal, a oposição é mais nítida entre os meios operários e da pequena burguesia intelectual e científica, representada pelos licenciados, visto que os primeiros dão maior importância à dimensão instrumental do casal, para a sobrevivência e a descendência e revelam uma visão mais “familiarista”, na saliência que concedem aos papéis de pai e de mãe, enquanto que os licenciados dão mais importância à dimensão expressiva da relação conjugal (Santos, 1995: 125). Por outro lado, homens e mulheres recorrem a universos semânticos diferentes para descrever a relação conjugal. Enquanto os homens valorizam as dimensões “instrumental, normativa e institucional da relação do casal (...) as mulheres dão mais ênfase à (...) dimensão expressiva através da importância atribuída aos factores relacionais e emotivos da interacção do casal” (Santos, 1995: 126). A investigação de António Marques (1998), centrada na idealização da conjugalidade em duas gerações diferentes permitiu-lhe verificar que, ao nível dos universos semânticos, “definir o parceiro ideal é identificar um homem na sua totalidade de ser; definir a parceira ideal é identificar parte de uma mulher” (Marques, 1998: 97). Um segundo estudo evidenciou ainda a maior sensibilidade das mulheres relativamente às mensagens provenientes do sexo oposto, em comparação com os homens, que depreciam a informação vinda do outro sexo. Quanto às diferenças entre as gerações, o autor conclui prudentemente sobre “a coexistência actual de representações da conjugalidade relacionadas com a pré e a pós

modernidade (...). Com efeito encontrámos elementos de resistência nas dinâmicas representacionais do casal. O modelo da feminilidade é um desses elementos” (Marques, 1998: 101).

Esta visão estreita do feminino que se verifica numa representação da parceira ideal, baseada no corpo e na expressividade, mais erotizada ou doméstica, consoante as gerações, mais normativa nas representações dos homens e das classes mais baixas, reflecte-se no maior controlo e vigilância que são exercidos sobre a sexualidade das raparigas e sobre a ligação, mais estreita para elas, entre a sexualidade e os afectos (Alferes, 1997). A coexistência da pré e da pós modernidade a que se refere António Marques traduz a duplicidade de “regimes” a que o comportamento das mulheres está submetido, nas relações privadas, em maior ou menor grau, dependendo dos mecanismos de controlo. Um estudo sobre as representações do feminino efectuado junto de duas comunidades islâmicas em Portugal, uma tradicional e fechada, outra mais aberta aos valores e às práticas da sociedade portuguesa (Keshavjee, 1996), mostra que o discurso sobre as mulheres da comunidade mais tradicional é mais moralista do que o da outra (“boa” mãe e “boa” dona de casa *versus* simplesmente mãe e...bonita). A religião é aqui a base de legitimação do controlo sobre as mulheres que é assumido, na prática, pela própria comunidade, no primeiro caso, enquanto no segundo, o controlo parece tornar-se mais difuso, em resultado da negociação dos valores da comunidade com os da maioria.

Desenvolvimentos teóricos e novas linhas de pesquisa

Ao nível do debate teórico, o modelo da assimetria simbólica permitiu questionar alguns dos pressupostos básicos dos modelos cognitivistas da psicologia social sobre o processamento de informação relativa às categorias sociais, nomeadamente o efeito de homogeneidade do *outgroup*. Numa investigação que recorreu aos procedimentos experimentais e instrumentais daqueles modelos, Rosa Cabecinhas (1994; Cabecinhas e Amâncio, 1999) mostrou que, no caso das categorias de sexo, a homogeneização do *outgroup* não é simétrica, já que tanto homens como mulheres homogenizam as mulheres, confundindo os membros desse grupo e esquecendo a informação que os individualiza, sem que o mesmo se verifique em relação aos homens. Esta investigação mostrou ainda a relevância do modelo da assimetria para a análise do processamento da informação relativa às categorias raciais, tal como mostrou um outro estudo sobre a construção da identidade em crianças brancas e negras (Delgado, 1997).

Em certos domínios da psicologia portuguesa, como o da psicologia das organizações, começa a desenhar-se uma crítica ao androcentrismo dos conceitos e dos pressupostos básicos dos modelos, através das “lentes” (Bem, 1993) do género. Para além do trabalho de Fátima Rodrigues (2001) já referido atrás, refira-se também a crítica feminista ao discurso da gestão assente no “MANagement” (Cunha e outros, 2001, p. 28).

No entanto, o trabalho de referência ao nível da crítica feminista à psicologia e às abordagens essencialistas do género, em particular, é o de Conceição Nogueira (1996). Desde logo, porque constitui a primeira, e única, análise aprofundada da crítica feminista à ciência, em geral, e à psicologia, em particular. Depois, porque situa a emergência da teoria feminista pós-moderna a partir dessa crítica e da sua evolução no pensamento feminista. Finalmente porque apresenta a perspectiva teórica mais recente para a análise das relações de género, o construcionismo social, que é transversal às várias ciências sociais² e a metodologia da análise do discurso, desenvolvida neste novo quadro teórico. A sua própria investigação sobre os discursos das mulheres em posições contraditórias, que referimos acima, revela uma nova postura científica onde a dimensão política está sempre presente, no quadro de um projecto de conhecimento emancipatório (Nogueira, 2001).

Ao nível da investigação empírica é importante referir ainda a emergência recente de novas questões que a produção portuguesa tem vindo a acompanhar. Uma delas diz respeito à consciência da discriminação e à percepção da justiça nas relações de género. Mais do que a igualdade, é a percepção da (in)justiça que constitui talvez o melhor indicador da predisposição para a acção e para a mudança e que justifica uma recêntragem da atenção nos estudos sobre as mulheres, para identificar os obstáculos que impedem a tomada de consciência sobre a sua condição colectiva e legitimam a discriminação sexual. No seio do debate feminista, as representações da justiça surgem, aliás, como uma alternativa teórica à esterilidade da divisão entre igualitaristas e diferencialistas (Flax, 1992). A recente pesquisa de Cristina Milagre (2001) sobre a percepção da discriminação no trabalho e na partilha das tarefas domésticas inscreve-se nesta linha inovadora. Para além de verificar, tal como uma pesquisa anterior efectuada na Suíça (Roux, e outros, 1999), que as mulheres procuram justificar e 'desculpar' a desigualdade na partilha das tarefas domésticas, para preservar o equilíbrio do casal e evitar conflitos "desnecessários", este trabalho tornou visível "a consensualidade do discurso essencialista [e] o quanto é assumida a assimetria simbólica e a pressão normativa sobre as expectativas e adequação comportamental das mulheres (...) na hipervalorização da família e da esfera privada" (Milagre, 2001: 51) por parte da população feminina de diferentes níveis de escolaridade que participou no estudo.

Um outro factor que contribui para as ambiguidades em relação à percepção da (in)justiça na divisão do trabalho na família é o relativo consenso em torno de um ideal de família igualitária que coexiste com as 'velhas' crenças sobre as diferenças entre os sexos. Esta coexistência implica negociações entre representações, que envolvem racionalizações justificativas de uma organização familiar, que permanece marcada pela desigualdade, como mostram dois estudos recentes (Poeschl, 2000; Poeschl e Silva, 2001). Como dizem as autoras

... dado que os grupos se diferenciam mais no que respeita às crenças acerca das diferenças de competências do que na adesão ao princípio da igualdade, a percepção da iniquidade das práticas familiares parece dever passar pelo questionamento das finalidades dos discursos sobre as diferenças de competências entre os sexos. (Poeschl e Silva, 2001: 111)

Estes estudos mostram que a negociação entre as velhas e as novas representações se traduz num discurso sobre as competências 'naturais' para justificar a desigualdade na divisão do trabalho na família, ao mesmo tempo que as comparações entre gerações, e não entre sexos, desmobilizam a reflexão e a acção sobre as práticas e a desigualdade objectiva que as caracteriza.

O facto de a população deste último estudo ser constituída por professores constitui um interessante indicador da perpetuação das representações sobre os sexos que a escola também reflecte. Talvez, por isso, alguns estudos que se debruçam sobre o papel da escola na mudança das relações entre os sexos encontrem mais sinais de continuidade do que de ruptura (Saavedra, 1995 e Ferreira, 1998).

As ambiguidades geradas pelos novos valores e pelas mudanças no estatuto das mulheres estão também ligadas a uma recente linha de pesquisa, na psicologia social americana, a teoria do sexismo ambivalente, que procura analisar as novas formas de sexismo face a essas mudanças (Glick e Fiske, 1996). Nesta perspectiva, o sexismo benevolente está associado a uma atitude positiva face às mulheres, ao contrário do sexismo hostil, mas assenta também numa lógica de diferenciação e de paternalismo protector. Esta teoria deu origem a um instrumento de medida, já testado em Portugal, que confirmou a existência do sexismo ambivalente, encontrado noutras sociedades (Costa, 2001). Mais do que uma atitude 'fixa' nos indivíduos, a generalização do sexismo ambivalente, que se verifica em muitas sociedades, parece ter a ver com a tensão gerada entre a pressão para o conformismo ao discurso normativo da igualdade e as representações sobre os sexos (Roux e outros, 1999). É esta tensão que gera o aparente paradoxo que consiste em assumir, publicamente, um discurso igualitarista, ao mesmo tempo que se defende e pratica, em privado, e com 'boas' justificações, a desigualdade entre os sexos, que passou a fazer parte do nosso quotidiano.

Se muitos dos estudos que referimos apontam para processos de recomposição das representações que passam, por exemplo, pela emergência de novas imagens de mulher, ou novas formas de sexismo, o que se torna também evidente é que o princípio regulador da assimetria simbólica parece resistir incólume a estes processos de mudança.

Conclusão

A especificidade do feminino, enquanto categoria colectiva e homogénea, dominada pelo corpo e a ligação à natureza, não é uma invenção das sociedades contemporâneas. Antes constitui uma representação que se acomodou no pensamento da modernidade, de uma forma tão eficiente, que não deixa de causar perplexidade (Amâncio, 2001b). Por isso mesmo, a mudança nas relações entre os sexos não pode ser vista apenas na família, na escola ou no trabalho, como se cada uma destas esferas pudesse, por si só, proceder a uma transformação que é de ordem societal. A lógica subjacente ao género está presente em todas as instâncias do social, 'faz-se' e

recria-se nas interações sociais (Nogueira, 2001). Só quando o género é entendido como atributo das pessoas concretas se pode esperar que a mudança se faça segundo a sua vontade... Mas se a mudança, neste domínio, não pode ser reduzida ao voluntarismo, também não podemos assumir o discurso derrotista de que nada mudou, partindo de uma visão mecânica da mudança.

As várias negociações entre representações, e entre representações e práticas sociais, que os estudos referidos neste artigo analisaram ou, pelo menos, revelaram, já constituem indicadores de mudança que não se podem ignorar. É necessário, todavia, manter um olhar atento sobre os obstáculos e as 'forças de bloqueio' que se organizam, por vezes, na reacção contra ela. No caso dos Estados Unidos esse trabalho foi feito por Susan Faludi (1991/1993) numa recolha impressionante de evidência da reacção ao nível das esferas política, académica, da comunicação social, e do próprio movimento feminista, e que deu origem a um livro que foi totalmente ignorado em Portugal. Algum tempo depois Dominique Frischer (1997) fez o mesmo para o caso da França.

Em Portugal, um dos grandes obstáculos é, sem dúvida, a fragilidade do pensamento feminista, tanto fora como dentro da academia e o défice de reflexão e teorização que lhe está associado. Num contexto social onde se têm verificado evidentes progressos para as mulheres, em muitos aspectos, tanto mais notórios quanto se estabelecerem comparações entre gerações, o desconhecimento sobre a lógica ideológica das representações de género, e a sua capacidade de recomposição e adaptação às mudanças estruturais, priva as mulheres de instrumentos indispensáveis para compreender o que se passa à sua volta, isolando-as na luta pela sobrevivência e pela adaptação aos diversos contextos em que se encontram e aos desafios que se lhes colocam. Romper o seu isolamento é uma condição indispensável para a mobilização para a acção, mas para isso é necessário que se consiga partilhar alguma coisa. Talvez este número da revista *ex æquo* possa contribuir para construir algumas pontes, ainda que num grupo restrito de pessoas. Se assim for, terá valido a pena...

Notas

- 1 Saliente-se, no entanto, a criação do Mestrado em Estudos sobre as Mulheres na Universidade Aberta de Lisboa, em 1995, e a existência da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM) desde o início dos anos 90.
- 2 Em psicologia, o termo (des)construtivismo, mais comum nas outras disciplinas, foi substituído por construcionismo, para se distinguir do construtivismo social de Piaget.

Referências bibliográficas

- Alferes, Valentim R. (1997), *Encenações e Comportamentos Sexuais. Para uma Psicologia Social da Sexualidade*, Porto, Afrontamento.
- Almeida, Neli (1995), "As representações sociais da gestora nos saberes e nas práticas da gestão", dissertação de mestrado em Psicologia Social e das Organizações, não publicada, ISCTE.
- Amâncio, Lígia (1988), "Estereótipos e identidade psicossocial das mulheres trabalhadoras", em *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais (Actas do Colóquio)*, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Instituto de História Económica e Social, 433-4.
- Amâncio, Lígia (1989a), "Factores psicossociológicos da discriminação da mulher no trabalho", dissertação de doutoramento, não publicada, ISCTE.
- Amâncio, Lígia (1989b), "Social differentiation between 'dominant' and 'dominated' groups: Toward an integration of social stereotypes and social identity", *European Journal of Social Psychology*, 19, 1-10.
- Amâncio, Lígia (1992), "As assimetrias nas representações do género", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 34, 9-22.
- Amâncio, Lígia (1993), "Género: representações e identidades", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 14, 127-140.
- Amâncio, Lígia (1994), *Masculino e Feminino. A Construção Social da Diferença*, Porto, Afrontamento, 2.^a edição, 1998.
- Amâncio, Lígia (1995), "Gender, social identity and social change", em Lígia Amâncio e Conceição Nogueira (orgs.), *Gender, Management and Science*, Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia.
- Amâncio, Lígia (1996), "Gender, expertise and authority. The effect of gender and specialised knowledge on the perception of authority", *Psicologia*, XI (1), 11-25.
- Amâncio, Lígia (2000), "Contributos para a história de um movimento social inexistente. A representação social da feminista", Comunicação apresentada no III Congresso Português de Sociologia, edição em Cd-Rom, Associação Portuguesa de Sociologia e Celta Editora, (ficheiro f201. rtf).
- Amâncio, Lígia (2001a), "O género na psicologia: uma história de desencontros e rupturas", *Psicologia*, XV (1), 9-25.
- Amâncio, Lígia (2001b), "Mitos e racionalidades sobre a 'natureza' feminina", em Maria Luísa Ribeiro Ferreira (org.), *Pensar no Feminino*, Lisboa, Edições Colibri.
- Amâncio, Lígia, e Graça Carapinheiro (1993), "Dimensões do poder e do saber. Uma abordagem exploratória", em Maria Eduarda Gonçalves (coord.), *Comunidade Científica e Poder*, Lisboa, Edições 70.
- Apfelbaum, Erika (1979), "Relations of domination and movements for liberation: An analysis of power between groups", em William G. Austin e Stephen Worchel (orgs.), *The Social Psychology of Intergroup Relations*, California, Brooks/Cole.
- Barbosa, M. Madalena F. A. (1996), "Invisibilidade e tectos de vidro: representações do género na campanha eleitoral legislativa de 1995 no jornal 'Público'", dissertação de tese de mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, ISCTE,

- publicada pela Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, *Cadernos Condição Feminina*, n.º 51, 1998.
- Beauvoir, Simone de (1968). *Le Deuxième Sexe*, Paris, Gallimard, 1.ª edição, 1949.
- Cabecinhas, Rosa (1994), "Assimetrias na percepção dos outros. Para uma abordagem psicossociológica do processamento da informação sobre grupos sociais", dissertação de mestrado em Psicologia Social e Organizacional, não publicada, ISCTE.
- Cabecinhas, Rosa, e Lígia Amâncio (1999), "Asymmetries in the perception of other as a function of social position and context", *Swiss Journal of Psychology*, 58 (1), 40-50.
- Carapinheiro, G. (1993), *Poderes e Saberes no Hospital*, Porto, Afrontamento.
- Cardoso, José L., José M. Brandão de Brito, Fernando Ribeiro Mendes e Maria de Lurdes Rodrigues (1990), *Empresários e Gestores da Indústria em Portugal*, Lisboa, Dom Quixote.
- Carreiras, Helena (1997), *Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Castelão, Paula (1997), "Homens e mulheres em armas. O confronto de duas identidades", dissertação de mestrado em Comportamento Organizacional, não publicada, Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- CIDM (2000), *Portugal Situação das Mulheres 1999*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Collin, Françoise (1995), "Diferença e diferendo", em Georges Duby e Michelle Perrot (orgs.), *História das Mulheres*, volume 5 (O século XX), tradução portuguesa, Porto, Afrontamento, edição original, 1991.
- Costa, M. Manuela (2001), "A guerra dos sexos. O eterno feminino face a face com o eterno masculino", dissertação de mestrado em Sexologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Crawford, Mary, e Rhoda Unger (2000), *Women and Gender. A Feminist Psychology*, Boston, McGrawHill, 3.ª edição.
- Cunha, Miguel P., João V. da Cunha e Isabel Leal (2001), "Género e teoria organizacional", *Psicologia*, XV (1), 27-41.
- Delgado, Artemisa M. (1997), "Branco e negro. Construção social da assimetria", tese de licenciatura em Sociologia, não publicada, ISCTE.
- Deschamps, Jean-Claude (1982), "Social identity and relations of power between groups", em Henri Tajfel (org.), *Social Identity and Intergroup Relations*, Londres/Paris, Cambridge University Press/Maison des Sciences de l'Homme.
- Doise, Willem (1976), *A Articulação Psicossociológica e as Relações entre Grupos*, Lisboa, Moraes Editora, tradução portuguesa, 1984.
- Faludi, Susan (1991), *Backlash. La Guerre Froide Contre les Femmes*, Paris, Editions des Femmes, tradução francesa, 1993.
- Fernandes, M. Teresa R. T. (1996), "Dimensões e contextos da identidade profissional das enfermeiras", dissertação de mestrado em Psicologia Social e das Organizações, não publicada, ISCTE.
- Ferreira, Ana M. M. (1998), "Desigualdades de género no actual sistema educativo português. Sua influência no mercado de emprego", dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres, não publicada, Universidade Aberta.

- Frischer Dominique (1997), *La Revanche des Mysogines. Où en sont les femmes après trente ans de féminisme?*, Paris, Albin Michel.
- Glick, Peter e Susan Fiske (1996), "The ambivalent sexism inventory. Differentiating hostile and benevolent sexism", *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 419-512.
- Gorjão, Vanda (2000), "Mulheres em tempos sombrios. Oposição feminina ao Estado Novo (1945-1974)", dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Grossi, Miriam (1999), "Posfácio: Estudos sobre as mulheres ou de género? Afinal o que fazemos? (Teorias sociais e paradigmas teóricos)", em Alcione Leite da Silva, Mara Coelho de Souza Lago e Tânia Regina Oliveira Ramos (orgs.), *Falas de Género*, Florinópolis, Editora Mulheres.
- Harding, Sandra (1986), *The Science Question in Feminism*, Nova Iorque, Cornell University Press.
- Harding, Sandra (1994), "Feminism and theories of scientific knowledge", em Mary Evans (org.), *The Woman Question*, Londres, Sage.
- Kergoat, D., e F. Imbert (1992), "Ouvrières et infirmières, deux rapports à la qualification", em Danièle Kergoat (coord.), Françoise Imbert, Helene Le Doare e Daniele Senotier (colabs.), *Les Infirmières et Leur Coordination 1988-1989*, Paris, Editions Lamarre.
- Keshavjee, Faranaz (1996), "A mulher islâmica em Portugal", dissertação de mestrado em Psicologia Social e Organizacional, não publicada, ISCTE.
- Lorenzi-Cioldi, Fabio (1988), *Individus dominants et groupes dominés*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.
- Marques, António M. (1998), *As Árvores de Deus e as suas Flores. Psicologia Social das Relações Amorosas*, Lisboa, Fim de Século.
- Mathieu, Nicole-Claude (1991), "Notes pour une définition sociologique des catégories de sexe", em *L'Anatomie Politique. Catégorisations et Idéologies du Sexe*, Paris, Côté-Femmes, Reprodução do artigo editado em *Epistémologie Sociologique*, 11 (1.º semestre de 1971), 19-39.
- Mathieu, Nicole-Claude (1991), "Identité sexuelle/sexuée/de sexe? Trois modes de conceptualisation du rapport entre sexe et genre", em *L'Anatomie Politique. Catégorisations et Idéologies du Sexe*, Paris, Côté-Femmes, Reprodução do artigo editado em Anne-Marie Daune-Richard, Marie-Claude Hurtig e Marie-France Pichevin (orgs.), *Catégorisation de Sexe et Constructions Scientifiques*, Aix-en-Provence: Université de Provence, 1989, 109-147 (Petite Collection CEFUP).
- Milagre, Cristina (2001), "Discriminação sexual e mudança social: ambiguidades na percepção da injustiça", dissertação de mestrado em Psicologia Social e Organizacional, não publicada, ISCTE.
- Moscovici, Serge (1961), *A Representação Social da Psicanálise*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, tradução brasileira, 1978.
- Moscovici, Serge (1981), "On social representations", em Joseph P. Forgas (org.), *Social Cognition. Perspectives on Everyday Understanding*, Londres, Academic Press.
- Nogueira, Maria da Conceição C. (1996), "Um novo olhar sobre as relações sociais de género. Perspectiva feminista crítica na psicologia", dissertação de tese de

- doutoramento, Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, a publicar pela Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nogueira, Maria da Conceição C. (2001), "Construcionismo social, discurso e género", *Psicologia*, XV (1), 43-65.
- Oliveira, João M (1999), "A normatividade dos papéis sexuais nas representações do salário, do trabalho e do self nas mulheres: abordagens psicossociológicas", monografia de licenciatura em Psicologia Social e Organizacional, ISCTE.
- Pinheiro, João F. S. (2001), "As mulheres na PSP: integradas ou excluídas?", monografia de licenciatura, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Poeschl, Gabrielle (2000), "Trabalho doméstico e poder familiar: práticas, normas e ideais", *Análise Social*, 156, 695-719.
- Poeschl, Gabrielle, e Silva, Aurora (2001), "Efeitos das crenças nas diferenças entre sexos na percepção e no julgamento das práticas familiares", *Psicologia*, XV (1), 93-113.
- Rodrigues, M. Fátima O. (2001), "Género e política organizacional", dissertação de mestrado, não publicada, ISCTE.
- Roso, Filomena P. S. (1997), "As identidades profissionais das assistentes sociais: Estratégias e trajetórias", dissertação de mestrado em Ciências Sociais, não publicada, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Roux, Patrícia, Valérie Perrin, Marianne Modak e Bernard Voutat (1999), *Couple et Égalité. Un ménage impossible*, Fribourg, Réalités Sociales.
- Saavedra, Luísa M. F. (1995), "Identidade do género e escolha da carreira em adolescentes", dissertação de mestrado em Psicologia da Educação, não publicada, Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia.
- Santos, Filomena (1995), "Infidelidade conjugal: classe social e género", dissertação de mestrado em Sociologia da Família, não publicada, ISCTE.
- Simões, Joaquim (2001), "Género e enfermagem. Da tradição no feminino ao presente no masculino", dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres, não publicada, Universidade Aberta.
- Soares, M. I. (1997), *Da Blusa de Brim à Touca Branca. Contributos para a História do Ensino da Enfermagem em Portugal (1880-1950)*, Lisboa, EDUCA/Associação Portuguesa de Enfermeiros.
- Sousa, Elisabete S. (1987), *Attribution in the social context: a conceptual analysis*. dissertação de tese de doutoramento, Universidade Católica de Lovaina.
- Sousa, Elisabete S. (1988), "Concepções de família e trabalho em Portugal", em *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais (Actas do Colóquio)*, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Instituto de História Económica e Social, 407-420.
- Torres, Anália C. (1996), *Divórcio em Portugal. Ditos e interditos*, Oeiras, Celta.
- Unger, R. K. (1979), "Toward a redefinition of sex and gender", *American Psychologist*, 34, 1085-1094.

Lígia Amâncio é Professora Associada com Agregação do Departamento de Psicologia Social e das Organizações do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Foi Presidente da APEM (1993-95) e da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (1996-98). É delegada nacional no Comité de acompanhamento da integração das ciências sociais no Programa Europeu para a Ciência e membro do EURAB (European Research Advisory Board) da Comissão Europeia. Autora de numerosos trabalhos, dos quais se destaca *Masculino e Feminino. A Construção Social da Diferença*, Porto, Afrontamento, 2.^a edição, 1998. Contacto: Departamento de Psicologia Social e das Organizações ISCTE, ligia.amancio@iscte.pt